



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

**ATA****15ª REUNIÃO DO COMITÊ INSTITUCIONAL DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO - CIPE** ([Portaria Presi - 10203343](#))

Data: 28 de julho de 2020

Horário: das 15:30h às 17:00h

Local: Reunião virtual via Teams. A gravação da reunião está disponível em [15ª Reunião do Cipe - TRF1](#)**Membros do Cipe Participantes**

Carlos Frederico Maia Bezerra - Diretor- Geral da Secretaria  
Wânia Maríça Araújo Vieira - Diretora da Secretaria de Governança, Gestão Estratégica e Inovação  
Maria Cristina Turnes - Diretora da Secretaria de Gestão Administrativa  
Glória Lopes Trindade - Diretora da Secretaria Judiciária  
Estela Maria Barbosa da Cruz - Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas  
Lúcio Melre da Silva - Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação  
Ionice de Paula Ribeiro - Diretora da Secretaria de Bem-Estar Social e Saúde  
Adelson Vieira Torres - Diretor da Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro  
Hilton Vieira Coelho - Diretor da Coordenadoria de Execução Judicial  
Clécio Martinelli França - Diretor da Coordenadoria de Inteligência e Segurança Institucional  
Ivani Luiz de Moraes - Assessora de Comunicação Social  
Sônia Maria da Silva Fernandes - Assessoria da Corregedoria Regional  
Sérgio Lisias de Matos Alvarenga - Núcleo de Gerenciamento de Precedentes  
Alexandre José Amaral Ferreira - Secretário Executivo da Coordenação dos Juizados Especiais Federais  
Gabriela Vaz Junqueira Artiaga - Secretária Executiva da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região  
Raquel Lopes Jorge - Secretária Executiva da Coordenação do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª

Região

**Demais Participantes**

Maria Carolina de Souza Ribeiro - Diretora da Divisão de Planejamento e Monitoramento da Estratégia  
Mara Lúcia Martins de Araújo - Representante da Dimpe  
Marcos de Oliveira Dias - Representante da Secau  
Nilda Aparecida Alves - Representante do Comitê Gestor do Plano de Logística Sustentável  
Irani Pierre de Araújo Ribeiro - Representante do Comitê Gestor do Plano de Logística Sustentável  
Sérgio Faria Lemos da Fonseca Neto - Gerente do projeto ALEI  
Carlos Roberto de Jesus Domingues - Gerente do projeto PLS 2019-2020  
Márcia Aparecida Fernandes Lemos da Silva - Membro da equipe do projeto Prevenção no PJe  
Rosângela da Cruz Silva - Gerente do projeto Comunicação da Estratégia  
Lucimar Nunes de melo Bonfim - Representante da Ascom  
Leonardo Costa de Souza - Representante da Ascom  
Adriana Rocha Dutra Vilela - Representante da Ascom  
Vânia Regina Fernandes - Supervisora de Seção de Monitoramento de Projetos Estratégicos  
Josefa Dias Gomes - Assistente Adjunta da Diple

**1. Abertura da reunião**

A reunião inicia-se com o Diretor-Geral declarando aberta a 15ª Reunião do Cipe-TRF1, agradecendo a presença de todos e passando a palavra à Diretora da Diple para a apresentação sobre a execução da Estratégia do TRF1.

## 2. Execução da estratégia do Tribunal 2015-2020 com base nas metas

A diretora da Diple Maria Carolina inicia a análise da execução da Estratégia explicando que para a avaliação da execução da estratégia são considerados o cumprimento das metas e o andamento das iniciativas estratégicas. Com relação às metas, noticia que a Diest está finalizando a versão 3.0 do e-Siest com previsão para geração dos painéis de metas a partir da próxima semana.

## 3. Execução da estratégia do Tribunal 2015-2020 com base nas iniciativas

Explica-se que o monitoramento das iniciativas estratégicas leva em consideração o percentual de execução e o peso das iniciativas sobre os objetivos estratégicos e é apresentado ao Cipe o quadro abaixo com a série histórica dos percentuais de execução da Estratégia do Tribunal com base nas iniciativas por objetivo estratégico até junho de 2020.

	<u>Jun/19</u>	<u>Out/19</u>	<u>Fev/20</u>	<u>Jun/20</u>
1. Buscar a satisfação do usuário/cidadão	74	79	84	87
2. Agilizar os trâmites judiciais	71	79	84	86
3. Aumentar o número de processos encerrados por conciliação	73	79	84	85
4. Agilizar os trâmites dos processos criminais, impunidade	67	77	85	85
5. Aperfeiçoar a gestão da execução da pena alternativa	-	-	-	-
6. Agilizar os trâmites judiciais (execuções não fiscais)	68	76	85	84
7. Agilizar os trâmites judiciais das execuções fiscais	60	74	83	83
8. Agilizar os trâmites processuais - ações de improbidade	66	78	85	85
9. Aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos	89	94	100	100
10. Reduzir o acúmulo de processos demandas repetitivas	63	73	80	82
11. Desenvolver o potencial humano	58	67	84	87
12. Otimizar custos operacionais	63	71	82	82
13. Aprimorar a organização e as práticas da gestão estratégica	85	86	91	91
14. Assegurar a efetividade dos serviços de TI	60	68	76	76
15. Aperfeiçoar a governança de TI na Justiça Federal	67	77	83	84

Observa-se que, de modo geral, os percentuais executados de cada objetivo estratégico estão favoráveis e próximos à expectativa para o mês de junho que era de 91,67%.

O Cipe coteja também a evolução do percentual total de execução da Estratégia do Tribunal desde 2018 até junho de 2020 de acordo com o progresso das iniciativas, comparando com a expectativa projetada:

Até Fev/18	Até Jun/18	Até Out/18	Até Fev/19	Até Jun/19	Até Out/19	Até Fev/20	Até Jun/20
59%	70%	73%	73%	69%	77%	85%	85%

Expectativa (%)			
Ano	Fevereiro	Junho	Outubro
2015	2,78	8,33	13,89
2016	19,44	25,00	30,56
2017	36,11	41,67	47,22
2018	52,78	58,33	63,89
2019	69,44	75,00	80,56
2020	86,11	91,67	97,22

A diretora da Diple ressalta que esse cálculo leva em consideração o percentual de progresso das iniciativas associadas aos objetivos estratégicos. Durante o período da pandemia manteve-se o percentual de execução em 85%.

Sobre o Plano de Ação do Tribunal, que, em conjunto com os 14 Planos de Ação das Seccionais, compõe a Carteira de Iniciativas Estratégicas da 1ª Região o Cipe verificou que, atualmente, há 23 iniciativas concluídas, 12 em andamento e 2 canceladas.

Em junho de 2020 foi concluído o projeto GDTI - Gestão de Demandas de TI, implementado sob a gestão da Secin e sob a gerência de Leandro Franco Villar. No relatório de conclusão deste projeto o gerente registrou as seguintes lições aprendidas, que têm por finalidade subsidiar o gerenciamento de futuras iniciativas do mesmo tipo, de modo a garantir sucesso na implementação.

- Identificar melhor as partes interessadas que podem prejudicar ou agregar valor ao sucesso do projeto.
- A entrega por fases foi a melhor estratégia adotada, a qual permitiu ajustes e melhorias sem impactar um grande número de usuários. A usabilidade é um fator crítico de sucesso.
- Em próximas aquisições que envolvam interface ao usuário, solicitar prova de conceito percorrendo todo o fluxo desse perfil.
- Problemas de mudança de lotação da equipe envolvida no projeto gerou atraso na entrega dos pacotes previstos.

Em andamento e em conformidade com o cronograma planejado temos os seguintes projetos:



Projeto	Unidade Responsável	Gerente do Projeto	% execução	Prazo previsto conclusão
1. Reestruturação dos Centros de Processamento de Dados (CPDs) da 1ª Região	<u>Secor</u>	Nádia Santana	47%	dez/2020
2. Plano de Comunicação da Estratégia na 1ª Região	<u>Ascom</u>	Rosângela da Cruz Silva	95%	dez/2020
3. Transformação Digital	<u>Secju</u>	José Ferretti	59% da meta p/ 2020	dez/2021
4. Sistema Inteligente de busca-SIB	<u>Nugep</u>	Sérgio Lias	75%	dez/2020
5. Plano de Logística Sustentável PLS 2019/2020	CGPLS	Carlos Domingues	65%	dez/2020
6 – ALEI - Análise Legal Inteligente	<u>Asfaj</u>	Sérgio Lemos	17% da meta p/ 2020	dez/2021

Os membros do Cipe e os gerentes dos projetos discutem sobre o andamento das iniciativas e as perspectivas de conclusão. O gerente do projeto ALEI explica que apesar de estar em fase inicial a situação da iniciativa está dentro do planejado e com boas perspectivas para conclusão dentro do prazo previsto. A gestora do projeto Transformação Digital, diretora da Secju, informa que essa iniciativa será concluída em 2020, antes do prazo previsto. Sobre o PLS, o gerente esclarece sobre as tratativas, junto à unidade de saúde do Tribunal, de uma das ações do projeto que é a substituição dos copos plásticos. O gerente do projeto SIB informa que o mecanismo desenvolvido como escopo do projeto já está sendo utilizado pelo projeto ALEI e, portanto, dando resultados.

Passa-se a analisar os projetos com atraso em relação aos cronogramas originalmente estabelecidos:

Projeto	Unidade Responsável	Gerente de Projeto	% Executado	Prazo planejado conclusão	Nova previsão prazo
1. Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico – Pje	<u>Secin</u>	Janderson Casado V. Santos	67%	dez/18	dez/20
2. Implantação da Estratégia de Tecnologia da Informação da Justiça Federal da 1ª Região - PrETI-JF1	<u>Secin</u>	Átila Pinheiro Amorim	75%	dez/20	
3. Obra de Construção da Nova Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região	<u>Secad</u>	Cláudio Faustino	94% da meta p/ 2020	out/22	Out/36

4. Projeto Padrão para construção de novas sedes para as Subseções Judiciárias	Secad	Jansen Ávila	90%	dez/20
5. Evolução do e-Siest	Secge	Gustavo Stênio	98%	jul/20
6. Sistema Permanente de auxílio às Varas JEFs e TRs	Cojef	Alex Souza	43%	dez/19
7. Evolução dos procedimentos de cadastro e rotinas de Prevenção no PJe de Primeiro e Segundo Grau	Coger	COGER	10%	dez/20

O diretor geral solicita aos presentes que se manifestem sobre a situação dos projetos em atraso. O gestor do projeto Implantação do PJe, diretor da Secin, explica que a parte relativa à migração e desativação dos sistemas legados não tem perspectiva de ser executada até o final de 2020. Fica acordado que a Secin deverá apresentar à Secge reformulação do plano de execução para conclusão desse projeto. Quanto ao PreTI, o diretor da Secin argumenta que a alavancagem desse projeto depende da aprovação do Modelo de Gestão de TI - MoGTI, e o diretor geral informa que irá realizar gestões para agilizar essa aprovação. A diretora da Secad faz uma exposição sobre a situação da Construção da Nova Sede, cuja principal barreira tem sido o não cumprimento dos contratos pelas empresas contratadas. Quanto ao e-Siest, a diretora da Diple informa que a versão 3.0 do sistema deverá ser disponibilizado na próxima semana. O coordenador da Cojef comunica que a atualização do projeto Auxílio aos JEFs foi encaminhada à Secge. A servidora Márcia Fernandes apresenta relato da situação do projeto Prevenção no PJe, informando que se realizarão reuniões para promover o avanço da iniciativa. Fica acordado que o planejamento dessa iniciativa deverá ser reformulado e a proposta de mudança encaminhada à Secge para apresentação ao Cipe.

O Cipe agora avalia o quadro a seguir, que demonstra a classificação e a nota de seleção dos projetos em andamento quanto ao alinhamento estratégico.

PROJETO		
Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe	140	12
Digitalização do Acervo Judicial do TRF1 - 2ª instância	128	12
ALEI - Análise Legal Inteligente	116	12
Sistema Inteligente de Buscas - SIB	104	12
Evolução do e-Siest	68	12
Plano de Comunicação da Estratégia na 1ª Região	68	12
Evolução dos procedimentos de cadastro e rotinas de Prevenção no PJe de 1º e 2º Grau	52	12
Sistema Permanente de auxílio às Varas JEFs e TRs	40	12
Obra de Construção da Nova Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região	27	9
Implantação do Plano de Logística Sustentável - PLS 2019/2020	27	9
Gestão de Demandas de TI - GDTI	16	6

A diretora da Diple esclarece que os projetos considerados mais estratégicos são aqueles que se alinham a maior número de metas do Poder Judiciário e da Justiça Federal e de objetivos estratégicos do Planej 2015/2020.

Em seguida, o Cipe coteja o ranking dos projetos com maior risco, resultado da análise da complexidade x alinhamento estratégico dos projetos em andamento, que tem por finalidade sinalizar aos gestores as iniciativas que são ao mesmo tempo importantes e com maior grau de dificuldade em sua execução, conforme quadro abaixo.



PROJETO	NOTA
Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico - <u>PJe</u>	19
Detecção, Prevenção e Combate a Incêndio dos Edifícios do Tribunal	14
<b>ALEI - Análise Legal Inteligente</b>	11,6
Implantação do Plano de Logística Sustentável – PLS 2019/2020	11,5
Implantação da Estratégia de TI da Justiça Federal da 1ª Região - PrETI-JF1	11
Evolução do <u>e-Siest</u>	10
Digitalização do Acervo Judicial do TRF1 - 2ª instância	10
Acessibilidade para os edifícios do TRF 1ª Região	9
Obra de Construção da Nova Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região	9
Gestão de Demandas de TI - GDTI	8
Plano de Comunicação da Estratégia na 1ª Região	7
Exames Periódicos de Saúde - EPS	7
Projeto Padrão para construção de novas sedes para as Subseções	6
Reestruturação dos Centros de Processamento de Dados ( <u>CPDs</u> ) da 1ª Região	5

#### 4. Prestação de contas do ciclo 2015-2020 ao CGER

A Secge propõe ao Cipe o cronograma que segue para finalização do monitoramento do ciclo de Planejamento Estratégico 2015-2020.

- 28/07/2020 - 15ª reunião do Cipe
- 31/07/2020 - Sugestões para Estratégia 2021-2026 da Justiça Federal
- 31/08/2020 - Relatório de prestação de contas antecipada da Estratégia 2015-2020 das unidades do Tribunal
- 15/09/2020 - Relatório antecipado do Tribunal consolidado pela Diple
- 30/09/2020 - Aprovação do Relatório antecipado do Tribunal e envio ao CGER
- 30/10/2020 - Sugestões para Estratégia 2021-2026 da JF 1ª Região
- nov/2020 - 16ª RAE – resposta do CGER

O Cipe aprova o cronograma.

Os gestores poderão participar da elaboração da proposta para o Planejamento Estratégico do CJF e do Tribunal registrando sugestões no arquivo disponibilizado na equipe do Cipe no Teams.

A Secge solicita que os relatórios a serem elaborados pelas unidades e encaminhados até 31/08/2020 para prestação de contas ao CGER respondam as seguintes questões:

- Os recursos materiais, financeiros e humanos disponíveis são suficientes para cumprir as metas ou para concluir as iniciativas da Estratégia 2015-2020 no prazo previsto?
- Havendo recursos suficientes, há algum outro risco de não cumprimento de meta ou de não conclusão de iniciativa estratégica no prazo previsto?
- Não havendo recursos suficientes, há possibilidade de reforço dos recursos necessários ainda em 2020?
- Algum prazo precisa ser revisto?

As unidades deverão encaminhar suas prestações de contas no PAe SEI 0018897-69.2020.4.01.8000. Formulário deverá ser disponibilizado no SEI para facilitar a elaboração desses relatórios pelas unidades.

#### 5. Elaboração da estratégia 2021-2026

A seguir, a diretora da Diple informa ao Cipe o cronograma de elaboração da Estratégia 2021-2026 da Justiça Federal apresentado pelo CJF:

- 22/07/20 - análise regional, análise de cenário e apresentação dos objetivos estratégicos
- 31/07/20 - consolidação pelo CJF
- 15/08/20 - análise da consolidação pelos gestores de metas e áreas técnicas
- 25/08/20 - aprovação pelo Cogest

Apresenta o quadro abaixo com as propostas dos outros TRFs para o Planejamento Estratégico 2021-2026.

TRF 2ª Região	<p>1. Que a estratégia regional seja constituída por dois instrumentos, sendo um rígido e modificável somente em decorrência de edição superveniente de normativa do CNJ e/ou do CJF (Plano Estratégico) e o segundo mais flexível (Programa da Estratégia), podendo ser alterado para fins de ajustes eventuais do curso do plano estratégico, em decorrência de propostas de iniciativas e projetos estratégicos que porventura venham a ser apresentados e validados pelas instâncias de governança pertinentes</p> <p>2. Que a criação do Comitê Institucional do Tribunal seja de caráter optativo, haja vista que as demais Unidades colegiadas ora instituídas (CGOTIC, CLSI, COCDH, COPACE etc), quando exigido for, deverão se reportar ao CGER, para fins de validação de propostas de iniciativas e projetos estratégicos</p>
TRF 3ª Região	<p><b>Missão:</b> Realizar Justiça, de forma rápida, efetiva, segura, transparente e acessível.</p> <p><b>Visão:</b> Consolidar-se perante a sociedade como justiça efetiva, transparente e como instrumento de desenvolvimento, segurança e pacificação social.</p> <p><b>Valores:</b> acessibilidade; cidadania; competência; eficiência; ética; imparcialidade; independência; inovação; moralidade; probidade; segurança, sustentabilidade; responsabilidade social e ambiental e transparência</p> <p><b>Macrodesafios e Objetivos Estratégicos:</b> recepção dos Macrodesafios e indicadores de desempenho do Plano Nacional, desdobrados em objetivos estratégicos, os quais estão baseados nas iniciativas, ações e projetos do plano da 3ª Região aprovado este ano (são propostos 22 objetivos)</p>
TRF 4ª Região	Apresentou matriz <u>Swot</u> da 4ª Região e resultado <b>não-consolidado</b> de entrevista feita com a governança sobre sugestões para os <u>macrodesafios</u> , objetivos estratégicos, missão, visão e valores para 2021-2026.
TRF 5ª Região	Não tivemos acesso à proposta

A seguir expõe a proposta do TRF1 para o Planejamento Estratégico da Justiça Federal 2021-2026:



NÍVEL	OBJETIVO GERAL	FUNÇÃO	ATRIBUIÇÕES
Nacional CNJ	Avaliar o alcance dos macrodesafios e propor políticas nacionais	<u>Propor e monitorar passivamente</u> os macrodesafios, os indicadores e as metas nacionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover encontros nacionais</li> <li>Coordenar a definição das metas nacionais anuais</li> <li>Realizar estudos e pesquisas</li> <li>Promover a integração nacional</li> <li>Emitir relatórios periódicos</li> <li>Divulgar resultados nacionais</li> </ul>
Regional (segmento) CJF	Atuar como instância de <b>governança</b> , avaliando o alcance das diretrizes gerais e propondo as políticas da Justiça Federal	<u>Dirigir, avaliar e monitorar</u> a estratégia da Justiça Federal <u>Propor e monitorar proativamente</u> os macrodesafios, os indicadores e as metas nacionais <u>Propor e atuar como gestor</u> das iniciativas nacionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover encontros da JF</li> <li>Coordenar a definição dos objetivos estratégicos e das metas específicas</li> <li>Realizar diagnósticos de governança e de gestão</li> <li>Realizar estudos e pesquisas de interesse do segmento</li> <li>Promover a integração entre os regionais</li> <li>Garantir os recursos necessários para a execução da estratégia em nível local</li> <li>Avaliar a prestação de contas dos regionais, emitir relatórios periódicos e divulgar resultados nacionais</li> </ul>
Local (do órgão) TRF	Atuar como instância de <b>gestão</b> , executando a estratégia definida, avaliando-a e prestando contas	<u>Propor, executar e monitorar ativa e integradamente</u> todos objetivos, indicadores, metas e iniciativas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover encontros da região</li> <li><b>Definir os seus objetivos estratégicos, indicadores locais e metas exclusivas</b></li> <li>Emitir relatórios periódicos e divulgar resultados locais</li> <li>Prestar contas ao CJF e ao CNJ</li> </ul>

A diretora da Diple solicita a participação dos gestores no desenvolvimento da proposta apresentada para o Planejamento Estratégico do CJF e do Tribunal registrando sugestões no arquivo disponibilizado na equipe do Cipe no Teams.

#### 6. Extrato das próximas providências identificadas no decorrer da reunião:

Providência	Responsável	Prazo
Encaminhar à Secge proposta de mudança do projeto Prevenção no PJe e Relatório de Acompanhamento do Projeto-RAP para apresentação ao Cipe	Coger	até 30/10/20
Encaminhar à Secge proposta de mudança para conclusão do projeto Implantação do PJe para apresentação ao Cipe	Secin	até 30/10/20
Promover a agilização da aprovação do MoGTI junto ao Conselho de Administração visando alavancar o projeto PreTI	Diges	até a próxima seção do Conselho
Criar formulário no SEI para o relatório de prestação de contas das unidades	Diple	Até 10/08/20
Encaminhar PAe SEI 0018897-69.2020.4.01.8000 às unidades para orientar a elaboração e coletar os relatórios de prestação de contas de execução da Estratégia	Diple	até 31/07/20
Encaminhar as prestações de contas das iniciativas estratégicas no PAe SEI 0018897-69.2020.4.01.8000	gestores de projetos	até 31/08/20

Todos os signatários concordam com os termos desta Ata.



Documento assinado eletronicamente por **Lucio Melre da Silva, Diretor(a) de Secretaria**, em 31/07/2020, às 16:47 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Liasis de Matos Alvarenga, Diretor(a) de Núcleo**, em 31/07/2020, às 16:53 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Estela Maria Barbosa da Cruz, Diretor(a) de Secretaria**, em 31/07/2020, às





16:59 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Frederico Maia Bezerra, Diretor-Geral da Secretaria**, em 31/07/2020, às 17:01 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Hilton Vieira Coelho, Diretor(a) de Coordenadoria**, em 31/07/2020, às 17:07 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Adelson Vieira Torres, Diretor(a) de Secretaria**, em 31/07/2020, às 17:47 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ionice de Paula Ribeiro, Diretor(a) de Secretaria**, em 01/08/2020, às 14:19 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Vaz Junqueira Artiaga, Secretário(a) Executivo(a)**, em 03/08/2020, às 11:34 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina Turnes, Diretor(a) de Secretaria**, em 03/08/2020, às 12:32 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Maria da Silva Fernandes, Chefe de Gabinete**, em 03/08/2020, às 22:06 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ivani Luiz de Moraes, Chefe de Assessoria II**, em 03/08/2020, às 23:38 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre José Amaral Ferreira, Secretário(a) Executivo(a)**, em 06/08/2020, às 14:18 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Lopes Jorge, Secretário(a) Executivo(a)**, em 20/08/2020, às 16:41 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **10730040** e o código CRC **6C78BF72**.